

MCA reserva 73,5 milhões de dólares para Cabo Verde

1

O governo de Cabo Verde e a entidade que gere os fundos do Millenium Challenge Account estão a negociar o montante de 73,5 milhões dólares como verba que poderá ser disponibilizada pelos fundos do Milenium para um período de três anos, caso os projectos apresentados pela Cidade da Praia forem aprovados pelas autoridades americanas.

Cabo Verde poderá retirar do Millenium Challenge Account (MCA) 73 milhões e 500 mil dólares, em três anos, caso a Cidade da Praia conseguir demonstrar a viabilidade e sustentabilidade dos seus projectos para o crescimento económico e redução da pobreza, dois grandes objectivos do programa criado pelo presidente George W. Bush para ajudar o desenvolvimento de 16 países.

Uma importante e numerosa delegação do Millenium Challenge Corporation (MCC), entidade que gere o MCA, encontra-se há uma semana em Cabo Verde. Chefiada pelo director do programa para este arquipélago, Stephen Gaull, a missão está a trabalhar com as autoridades nacionais a viabilidade dos projectos apresentados pela Cidade da Praia, no âmbito do referido programa.

Estimativas iniciais apontavam para um

montante de 118 milhões de dólares a favor dos projectos apresentados por Cabo Verde ao MCA, mas essa cifra caiu para 73,5 milhões de dólares, depois de uma primeira fase de contactos entre as duas partes. Apesar de longe dos 118 milhões de dólares, a verba reservada a Cabo Verde deixa as autoridades cabo-verdianas expectantes tendo em conta o impacto que um tal montante poderá ter no progresso destas ilhas.

Segundo as nossas fontes, caso Cabo Verde consiga convencer os americanos da validade dos seus projectos, os 73,5 milhões de dólares serão desembolsados em três anos, a partir de 2005, assim distribuídos: US\$ 32,5 milhões (2005), US\$ 25,5 milhões (2006) e US\$ 15,6 milhões (2007).

A proposta cabo-verdiana baseia-se em três eixos fundamentais: desenvolvimento

social e redução da pobreza; crescimento e competitividade da economia; e o desenvolvimento dos recursos humanos. Dos vários programas apresentados, o da ampliação e modernização do porto da Praia é o que mais recursos apresenta, 50 milhões de dólares. A seguir vêm a energia eólica (US\$ 13,7 milhões), terminal de fuel (US\$ 13,3 milhões), construção de reservatórios de água (US\$ 10,7 milhões) e construção de estradas (US\$ 10 milhões).

Note-se que os 73,5 milhões de dólares potencialmente reservados a Cabo Verde não impedem este arquipélago de voltar a concorrer ao MCA nos anos seguintes, podendo ser de novo escolhido, desde que consiga responder aos requisi-

tos do programa. Contudo, neste momento, Cabo Verde tem contra si os seus índices de desenvolvimento que são considerados elevados em relação aos demais países. Mas esta é uma situação que poderá ser contornada de modo a evitar e exclusão destas ilhas.

No valor de três mil milhões de dólares, o MCA é um fundo que se destina a ajudar a promover o progresso de 16 países, escolhidos num universo de 70 países das variadas partes do globo, tendo como critérios a democracia e os direitos humanos, política económica e orçamental considerada sã, etc. Nessa selecção Cabo Verde conseguiu a proeza de ser o primeiro país africano e o segundo da lista geral.



Sexta-feira, 29 de Outubro de 2004

Actualidade

GOVERNO E PETROLÍFERAS criam empresa de estocagem

O Estado de Cabo Verde e as duas companhias petrolíferas existentes no país vão avançar com a criação de uma empresa conjunta de estocagem de combustíveis. Com isso, pretende-se não só aumentar a capacidade de reservas do país, como também reduzir os custos logísticos de armazenamento e distribuição desse produto.

O anúncio do surgimento de uma empresa conjunta de estocagem de combustíveis foi feito na quarta-feira pelo ministro das Finanças e Planeamento durante o debate parlamentar sobre a política do governo para o sector da energia. Segundo João Serra, ainda que recente, há já uma experiência positiva na importação conjunta de combustíveis entre a Enacol e a Shell, com uma economia de escala de 20 %.

As autoridades cabo-verdianas, promotoras dessas iniciativas, acreditam que a mesma poupança poderá chegar ao valor de 30 % com a construção de um terminal e depósitos na Praia. Essa é pelo

menos a estimativa de um estudo feito por um especialista do Banco Mundial no ano passado, que termina com um conjunto de recomendações para resolver as anomalias e distorções existentes no sector dos combustíveis em Cabo Verde.

Com efeito, este arquipélago está dotado de dois terminais, um em São Vicente e outro no Sal. Sucede que actualmente mais de metade do combustível importado é depois reconduzido para Praia e outros pontos do país, o que onera o seu custo final junto do consumidor, ao mesmo tempo que Cabo Verde menos competitivo a nível internacional.

Além disso, há um outro conjunto de factores que levam as autoridades e os operadores a despertarem para a problemática do combustível. Um deles é perceptível neste momento com o choque petrolífero, com o barril de petróleo a ser comercializado nos mercados internacionais acima dos 50 dólares, sendo que a capacidade de reserva de Cabo Verde é de apenas três meses. Por isso, se por um lado, o nosso

país não consegue por muito tempo resistir aos choques externos provocados pelo aumento dos preços, por outro, com o tempo, poderá ter dificuldades em satisfazer a sua própria demanda interna com um eventual aumento do seu consumo.

Por exemplo, a entrada em funcionamento do novo aeroporto e a ampliação do porto da Praia implicam, pelo menos a médio prazo, o aumento das necessidades de combustíveis de Santiago, daí a urgência em dotar esta ilha de um terminal tal como acontece com São Vicente e Sal. Isso para não falar das inúmeras implicações que se colocam ao país em termos de necessidades de combustíveis, caso se concretizar a ideia de fazer de Cabo Verde uma plataforma internacional, tanto a nível dos transportes marítimos como aéreo.

Sendo já um ponto assente, a construção de um terminal de combustível na Praia faz parte da proposta de Cabo Verde para o MCA, cujo custo está estimado em 13,3 milhões de dólares (ver texto acima).

O mais tardar até Abril do próximo ano três empresas estarão a operar no serviço de telefones celulares em Cabo Verde. O governo já abriu o concurso público internacional que vai permitir a entrada de mais dois novos operadores para o mercado nacional de telemóveis, até agora nas mãos da Cabo Verde Telecom. O mesmo despacho que anuncia o concurso para o serviço móvel, abre candidaturas para a televisão por assinatura (TV por cabo), que será realidade em 2005.



NOVOS OPERADORES de telemóveis em 2005

O mercado nacional do telemóvel vai sofrer uma revolução. Dominado desde o início pela Cabo Verde Telecom, o sector prepara-se para receber mais dois operadores. O governo acaba de publicar no Boletim Oficial (III Série de 22 de Outubro) o concurso público internacional que vai atribuir mais duas licenças para o serviço de telefones celulares. As candidaturas serão apreciadas nos próximos dois meses, devendo os vencedores começar a operar num máximo de 180 dias após a licença de exploração. Ou seja, indicam as nossas fontes, as novas empresas deverão iniciar as suas actividades em Março ou, o mais tardar, Abril do próximo ano, se tudo correr como o planeado.

A abertura oficial deste concurso acontece numa altura em que começa a aumentar o interesse de empresas internacionais - dos Estados Unidos, Holanda, China, Senegal e África do Sul - pelo mercado cabo-verdiano de telemóveis. Recentemente foi a Shanghai Telecom, uma das fortes empresas de telecomunicações da China, a manifestar-se disposta a entrar na corrida dos celulares em Cabo Verde. Só que, a empresa chinesa não formalizou, oficialmente, a proposta. "Estamos convencidos que vai haver concorrentes, porque de ano passado para cá temos recebido manifestações de interesse por parte de operadores internacionais de telecomunicações para

explorar o serviço de telefone móvel em Cabo Verde", garantiu a **A Semana** o ministro das Infra-estruturas e Transportes.

Manuel Inocêncio Sousa faz questão de realçar que o concurso para telefone móvel é o último passo dado para a total liberalização desse sector, lembrando o governante que há serviços concessionados à Cabo Verde Telecom, enquanto operador histórico, como é o caso dos telefones fixos. "Mas há outros serviços que a CVT explora em regime de monopólio, pura e simplesmente, porque nunca foram abertos a concurso público para novos operadores".

O ministro cita, por exemplo, a licença de exploração do serviço de telemóvel atribuída à CVT em 1998, sem que tenha havido outro concorrente e concurso público para tal. Um facto que, na opinião de Manuel Inocêncio, permitiu à essa companhia de explorar o mercado de telefones móveis em regime de exclusividade. "Agora, pretendemos com esse concurso atribuir mais duas licenças de exploração de telemóvel em Cabo Verde, permitindo assim a entrada de novos operadores nesse serviço", e abrindo caminho à concorrência no sector. "Tudo na perspectiva de aumentar a competitividade no sector das telecomunicações, que são fun-

damentais para o desenvolvimento dos diversos sectores da economia cabo-verdiana, como sejam o turismo, os transportes e os serviços financeiros".

Espera-se também que o surgimento de novos operadores venha a trazer mais qualidade e tarifas mais baixas para os utentes que, neste momento, andam à volta de 50 mil em todo o território nacional. Aliás, os cabo-verdianos há muito reclamam os preços praticados pela CVTelecom para o serviço móvel de comunicações, apontados como dos mais caros do mundo.

FINALMENTE, A TV CABO

O mesmo despacho (BO, 22 de Outubro) que anuncia o concurso para o serviço móvel, abre também candidaturas para a Televisão por assinatura, ou TV a cabo. Neste caso, entretanto, o concurso é de âmbito nacional, regional e local, podendo as empresas operar apenas numa região.

O executivo cabo-verdiano considera também importante o concurso público para a concessão de licenças para o exercício da actividade da Televisão por assinatura, mais conhecida por TV cabo. A ideia, de acordo com Inocêncio Sousa, é permitir que no país

também haja a TV por assinatura, um serviço até agora inexistente no arquipélago. "A TV por assinatura irá permitir aos cabo-verdianos a ter acesso a vários canais de TV, incluídos nos diversos pacotes oferecidos pelos operadores, como internet, vídeo on demand e serviços interactivos". A CVTelecom, que já anunciara esse serviço para este ano, talvez esteja à espera desse concurso para pôr cá fora esse seu mais recente produto.

A licença para o serviço de TV por assinatura deverá abranger, nos termos do anúncio do concurso tornado público, as seguintes modalidades e ordem de preferência: Digital Vídeo Broadcasting - Terrestrial (DVB-T); Por cabo/combinção DTH; DTH/combinção; TVA/combinção DTH; (A)DSL/combinção por cabo/DTH e MMDS (digital/combinção por cabo).

O titular do MIT anunciou ainda a **A Semana** que está a estruturar o recém-criado Instituto das Comunicações e das Tecnologias de Informação (ICTI), que tem a responsabilidade de garantir a regulação técnica do sector das telecomunicações. "É preciso ter em conta que a ARE, agência da regulação económica do sector das telecomunicações, está já em funcionamento", sublinhou.

HS/ADP

ANTERO MATOS reconduzido a novo mandato

O coronel Antero Matos foi reconduzido a um novo mandato no cargo de Chefe de Estado Maior das Forças Armadas. O decreto presidencial, que oficializa a decisão, vem publicado no Boletim Oficial de 18 de Outubro, e pode ser interpretado como um voto de confiança não só do PR como do executivo, para quem vem sendo bombardeado com duras críticas por um grupo de militares e por uma certa imprensa.

O governo indicou o coronel Antero Matos para mais um mandato à frente das Forças Armadas. Esta medida, já promulgada pelo presidente da República e publicada no BO de 18 de Outubro, vem deitar por terra as especulações (em especial de um jornal da nossa praça) que davam como certa a demissão de Matos do cargo de Chefe de Estado Maior das FA, alegado uma suposta "instabilidade", provocada por aquele coronel, dentro dos quartéis.

Este "voto de confiança" do presidente da República - en-

quanto comandante das Forças Armadas cabo-verdianas -, vem mostrar também que o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas conseguiu aguentar a pressão que lhe vem sendo novidade por um grupo de militares que contestam o seu desempenho à frente dos destinos da tropa, sobretudo no que diz respeito às promoções e progressões nas FA. Afinal, para que os que sempre apontaram mazelas e mal-estares nas FA, a recondução de Antero Matos mostra que nem tudo vai mal nos quartéis.

Na verdade, o decreto presidencial de 18 de Outubro reconduz Antero Matos no cargo de chefe de Estado Maior das FA com efeitos a partir de Maio deste ano, data em que expirou o seu mandato.

Entretanto, o tenente-coronel Abailardo Amado, que tinha sido apontado como o potencial substituto de Antero Matos no CEMFA, acaba também de ver aprovado o seu pedido de passagem à reserva.



Os deputados terminam hoje a primeira sessão deste primeiro novo ano parlamentar, com uma agenda cheia, dominada por debates e interpelações acerca de problemas que afectam a vida nacional. Tirando os raros momentos de consenso, o andar dos trabalhos mostram que, efectivamente, este é um ano pré-eleitoral, daí não há que deixar o crédito em mãos alheias.

POR: JOSÉ VICENTE LOPES



Parlamento em andamento pré-eleitoral

Os deputados regressaram das férias com o fôlego todo. Com o MpD em processo de escolha de novo líder e com as legislativas de 2006 a esboçar-se no horizonte, os eleitos da nação retomaram as lides parlamentares com as baterias carregadas, muito sangue na guelra e com o verbo solto. Aristides Lima que, na semana passada confessou a este jornal ter vislumbrado sinais de entendimento entre as duas bancadas suou as estopinhas, em alguns momentos, para manter a situação sob controlo.

Com efeito, o ambiente que haveria de marcar esta sessão parlamentar começou a adensar logo no primeiro dia, segunda-feira, quando os deputados levaram quase uma manhã para estabelecer uma simples ordem de trabalho. No dia seguinte, o PAI-CV arrancou com uma declaração política acerca do telemóvelgate (ver página 14), na quinta foi a vez do MpD fazer o mesmo para dizer que, não senhor, a ideia de dotar o país com mais cinco municípios, estes dias anunciada pela situação, é dele... Antes já tinha havido uma discussão semelhante, na definição da ordem do dia, acerca do Tribunal Constitucional.

Na verdade, se dúvidas houvesse quanto à natureza deste primeiro *round* parlamentar elas ficaram dissipadas logo no primeiro momento. Por isso, ontem, a crispação atingiu o seu clímax com a interpelação ao governo pelo MpD sobre a comunicação social. Aqui, como já vem sendo hábito sempre que o assunto é comunicação social, foi um trocar de acusações sobre quem tem a folha mais suja em matéria de manipulação, governamentalização e até mesmo censura.

Tendo a televisão como o centro das

suas preocupações, através de José Filomeno Monteiro, o MpD descreveu um quadro sombrio do sector público da informação. O governo, através do secretário de Estado João Baptista Pereira, contrapôs que nestes 3,5 anos de governação tratou de resgatar a dignidade da comunicação social e dos jornalistas depois de 10 anos de “*desmandos*” da governação ventoinha.

Este foi um debate em que pelos lados do MpD sobressaíram Humberto Cardoso, António Jorge Delgado e Ulisses Correia e Silva, que encerrou a interpelação; enquanto do lado oposto destacam Mário Matos, Rui Semedo e José Maria Neves. Este, ao responder a Ulisses Correia e Silva no encerramento do debate, acabou por proferir o discurso mais cáustico já feito na AN, chamando aquele candidato à liderança do MpD como o “*ministro das Finanças mais incompetente que este país já teve*” e que por isso não percebe como esse deputado hoje tanto fala em competência.

Se a interpelação sobre a comunicação social correu, mais ou menos, dentro do previsto (afinal de que falam os deputados do MpD quando o assunto é a comunicação social?), o debate sobre a política governamental para os sectores da energia e água, solicitado também pelo MpD, foi no mínimo surpreendente. No jogo de papéis previamente definidos que tem sido a política nacional, esperava-se uma espécie de defesa da Electra por parte do MpD este acabou por surpreender a tudo e todos, ao jogar exactamente no campo contrário.

Alexandre Monteiro, o porta-voz dos ventoinhas e que no governo do MpD respondeu pela energia, acabou por acusar a Electra de ser um “*cavalo fogado*”, que

morde o freio e corre solto, sem rumo sem direcção, levando no seu dorso um governo sem pulso que não consegue domar a besta. Isto porque, nas suas relações com empresa, o Palácio da Várzea aceitou “*favores*” da mesma.

Monteiro deu conta de um “*acordo secreto*” entre a Electra e o governo e que por causa disso tão cedo Cabo Verde não terá um quadro de regulação nos domínios da água e electricidade. “*Cabo Verde sofre!*”, concluiu, referindo-se à situação de penúria por que passam os cabo-verdianos em matéria de água e electricidade.

Reagindo a um tal quadro, o ministro da Economia, Crescimento e Competitividade começou por dizer que a existir o tal cenário descrito pela bancada do MpD, ele já teria “*levado o país à completa paralisia*”. Pelo contrário, assegurou João Pereira Silva, o país praticamente duplicou a sua produção de água e energia entre 2000 e 2004, não havendo por isso “*qualquer situação de ruptura*” entre o Estado e os seus parceiros, embora assumia a existência de divergências que deverão ser tratadas na próxima semana, durante uma ronda negocial entre as duas partes.

A tática ventoinha de juntar na mesma parelha a Electra e o governo acabou por baralhar tudo e todos, inclusive alguns dos elementos do MpD. Foi preciso algum tempo para se perceber o que realmente pretendia o principal partido da oposição, se a defesa da Electra ou se a acusação dela, nomeadamente por manter os seus utentes à beira de um quase permanente ataque de nervos, com os seus cortes de energia e falta de água. No meio desta “*baralhadura*” acabou por haver de quase tudo. Paus e pedradas na Electra, mas também flores e mi-

mos à empresa. Em resumo, o MpD, acha que são nítidas as contradições existentes no seio da maioria em relação à Electra, enquanto os tambarinas consideram que o MpD quer transferir para esta governação os erros cometidos durante a privatização da empresa.

Tirando o “*seca pele*” entre a situação e a oposição, os momentos de debate e interpelação serviram para o governo anunciar algumas medidas que tem na forja para as áreas em que foi chamado esta semana à pedra. A propósito do relatório sobre o estado da justiça, José Maria Neves anunciou a nomeação de mais um procurador-geral da República, que se vai ocupar fundamentalmente da luta contra a droga e os crimes a ela conexos. No sector dos combustíveis, vai surgir uma empresa de estocagem de fuel, a ser criada pelo governo e as duas companhias petrolíferas (ver página 2). Uma outra novidade deverá ser a construção de uma grande central eléctrica a ser construída na ilha de Santiago, tendo como combustível o lixo orgânico.

Mais do que os diplomas e tratados que possa ter aprovado, esta primeira sessão do ano da AN vai ser recordado pelos anais parlamentares, sobretudo, pelo nível de crispação verificado entre a maioria e a minoria. Quem porventura esperava um ano de amplos entendimentos corre o risco de ver as suas expectativas goradas. Ainda assim, saliente-se a aprovação por unanimidade da proposta e projecto-lei, do governo e do MpD, para a instalação do Tribunal Constitucional, que agora vão ser trabalhados em comissão especializada, longe dos holofotes da comunicação social.

REFORMA DA SEGURANÇA SOCIAL



CCS

busca proposta consensual

O Conselho da Concertação Social volta a reunir-se no próximo dia 10, para retomar o debate sobre a nova lei de reforma da segurança social. É que a sessão de anteontem terminou sem que as partes tenham chegado a um consenso relativamente a uma proposta do governo e a uma contraproposta da UNTC-CS, ambas a introduzir alterações significativas na nova fórmula de cálculos para as pensões de velhice e invalidez.

No entanto, a reunião do CCS, que inicialmente se previa ser quente e polémica, acabou por decorrer de forma normal face à abertura demonstrada pelo governo para o diálogo. Mas o debate centrou-se sobretudo à volta dos direitos adquiridos dos trabalhadores e a nova fórmula de cálculo das pensões de reforma.

O executivo, através do ministro da Trabalho e da Solidariedade, apresentou uma proposta no sentido de se aplicar a fórmula antiga para calcular as pensões de velhice e invalidez no caso daqueles que, antes e depois da publicação da lei n.º 5/2004, requeiram a sua reforma. E por falta de consenso, na sequência de uma contraproposta apresentada pela UNTC-CS, esta e outras matérias, - como o prazo de garantia e a comparticipação dos assegurados na assistência médico-medicamentosa -, ficaram para ser retomadas numa nova reunião do CCS, agendada para o próximo dia 10 de Novembro. Para tal, o CCS criou uma comissão técnica que, antes da reunião, deve consensualizar as propostas dos diferentes parceiros sociais.

Estes, nomeadamente as centrais sindicais, dizem congratular-se com o facto de o governo reconhecer que os trabalhadores ficaram prejudicados com a entrada em vigor da nova lei da segurança social, nomeadamente com o novo cálculo de pensões nela introduzido. Este novo passo dado agora em sede de concertação social, segundo as mesmas fontes, vem atenuar o ambiente de insatisfação generalizada que antes se registava nos trabalhadores e seus sindicatos, que previam recorrer a greves e manifestações de rua para fazer valer os seus direitos.

AGRO-PECUÁRIA EM SANTO ANTÃO

Tudo preto

Os camponeses e os poderes públicos saíram da mesa redonda sobre a agro-pecuária em Santo Antão, realizada no Centro Afonso Martinho, com a ideia clara de que é possível retirar muito mais do campo, se todos forem mais dinâmicos. Aliás, para que ninguém fuja à sua responsabilidade, além de assinarem um termo de compromisso, instituíram desde logo um fórum de concertação permanente, para acompanhar de perto o desenrolar do processo de modernização das actividades agro-pecuárias naquela ilha. Um modernizar que implica, entre outras coisas, mais investimento no campo, mas também exige uma produção virada para o mercado, uma mudança na mentalidade dos camponeses e um melhor sistema de transporte, embalagem e comercialização dos produtos.

— Por: JOÃO ALMEIDA MEDINA —

Dois dias de intensa discussão serviram para os agricultores, técnicos e responsáveis políticos constatarem que chegou o momento do sector agro-pecuário em Santo Antão fornecer mais produtos ao mercado cabo-verdiano. Isso porque, tendo a ilha uma das maiores superfícies cultiváveis do país - cerca de cinco mil hectares -, as actividades do campo têm de contribuir muito mais para o PIB de Santo Antão. Quanto mais não seja porque cerca de 70 por cento da população local tem na agricultura o seu principal meio de subsistência, como se sublinhou durante a mesa redonda para o desenvolvimento da agricultura naquela ilha.

Sendo assim, os mais de 120 participantes no projecto "Mera" reconheceram que modernizar a actividade agro-pecuária, de forma a melhorar os níveis de pro-



dução e de produtividade, é uma necessidade que se impõe à ilha das montanhas. Para tal, mostra-se necessário, antes de tudo, eliminar ou reduzir a acção dos "destruidores" das culturas já que, conforme dados apresentados pelo agrónomo António Neves, só na última década, oito a dez novas pragas ou doenças entraram em Santo Antão, causando efeitos devastadores nas produções agrícolas.

Porém, combater as pragas não terá o efeito positivo desejado se não houver investimentos para aumentar e melhorar a utilização dos recursos hídricos disponíveis. Em termos práticos, significa que se tem de continuar a apostar na perfuração para explorar os lençóis freáticos, construir mais represas - à semelhança daquela de Ribeira Duque com capacidade para 10 mil metros cúbicos, inaugurada no último domingo - para reter a água das chuvas; mas também promover a rega

no branco



localizada de modo a diminuir o esbanjamento dos recursos hídricos disponíveis. Nessa matéria, os participantes ao encontro congratulam-se com o início das obras nas bacias hidrográficas de Alto Mira e Ribeira da Torre pois, dentre outros ganhos, espera-se que os agricultores das zonas circundantes tenham mais água destinada à rega.

E além de mais água para o regadio, os conferencistas defenderam também que só se pode desenvolver actividades no campo se houver créditos especiais que financiem a modernização do sector. De resto, reiterou-se em Afonso Martinho, que as taxas de juro, de 12 a 14 por cento anuais, executadas pelos bancos são insustentáveis para os agricultores, pelo menos na actual conjuntura em que a produção e a produtividade são baixas. Só que, para decepção dos participantes, a alternativa de crédito apresentada durante o encontro pelo

Programa de Luta Contra a Pobreza são, “*estranhamente*”, muito mais elevadas do que as dos bancos, na ordem de 21 a 36 por cento anuais.

Perante esse quadro, frisou-se a necessidade de haver uma linha de crédito especial virada para o campo, na qual, além de se praticar taxas de juro mais “suaves”, a data de desembolso deve coincidir com o período das colheitas. Uma ideia que, a ser concretizada, contribuiria, na óptica dos agricultores, não só para melhorar o desempenho económico do sector agro-pecuário em Santo Antão, como para reduzir o êxodo rural, amenizando os problemas daí advenientes.

Além disso, os agricultores santantonenses reclamaram a revisão da quarentena imposta aos produtos agrícolas daquela ilha, como forma de permitir aos mesmos explorar os mercados das “*regiões turísticas*”. Mas este, como reiteraram os técnicos, constitui um problema complexo pois a quarentena é, nas perspectivas técnica e económica, “*uma medida justa visando impedir a disseminação da praga dos mil-pés para os demais espaços agrícolas do arquipélago*”.

UNIDADE DE EXPURGO

Face à reclamação vigorosa dos produtores, a Ministra do Ambiente, Agricultura e Pescas falou em medidas compensatórias que sirvam de contrapartida aos eventuais prejuízos provenientes das restrições impostas. Madalena Neves, que acompanhou com atenção os debates, prometeu empenhar-se, de resto, para que se crie no Porto Novo uma unidade de expurgo e conservação de produtos destinados à exportação, de modo a que os agricultores tenham a alternativa de colocar os seus produtos em outras ilhas, sem que haja risco de disseminar os mil-pés. A ideia da governante é que os tubérculos e as raízes produzidos em Santo Antão passem por uma vigilância sanitária rigorosa na unidade, onde, caso sejam autorizados, deverão ser conservados em embalagens apropriadas para serem vendidos em outras ilhas.

Uma fiscalização acirrada que, segundo entendidos, deveria estender-se ao grogue pois, sendo este o principal produto de Santo Antão, a sua comercialização tem sido afectada pela estampa da má qualidade. É urgente, repetiram os participantes, que se conceba um plano de valorização do grogue de modo a restituir-lhe a sua marca de qualidade “*e projectá-lo no mercado que, por direito próprio, ele tem condições de conquistar*”. Por outro lado, torna-se necessário não só combater o fabrico da aguardente de açúcar, tendo em conta os seus efeitos maléficos para a saúde pública, como também conceber um programa especial de combate ao alcoolismo, já que essa “*droga vai minando a vida de centenas de jovens em Cabo Verde*”.

Seja como for, no momento em que se começa a ter resultados positivos em termos de produção de mandioca, tomates, cebolas e outros produtos resistentes às pragas, nomeadamente na localidade de Ribeirão Campo de Cão, uma saída para os produtos de Santo Antão é bem-vinda. Por isso, e para que as recomendações da mesa redonda não sejam apenas letra morta, os participantes instituíram um fórum permanente, de “*diálogo e concertação entre os agricultores e as entidades públicas*”, que deve reunir, no mínimo, de dois em dois anos para acompanhar o desenvolvimento do sector. Mais do que isso, decidiram constituir um comité de seguimento como órgão permanente do fórum, que terá a incumbência de promover um encontro, no prazo de um ano, que analisará o processo de implementação das directrizes saídas da mesa redonda.

Todos quiseram, portanto, pôr o preto no branco, para que no futuro próximo possa haver cobranças pois, reiterou o agricultor António Carente, os camponeses não ficarão com a boca calada, e nem com os braços cruzados, se cada entidade não assumir as suas responsabilidades. E é hora de mudar o campo em diálogo, com uma activa participação da sociedade civil e das entidades públicas, como sugeriu o ministro da Defesa e Assuntos Parlamentar, Armindo Maurício, no encerramento do encontro.

SAÍDA DOS PMA

CABO VERDE ainda não se conformou

As autoridades cabo-verdianas parecem não se ter ainda conformado com a graduação de Cabo Verde a país de desenvolvimento médio. O discurso de Victor Borges, feito por ocasião do dia das Nações Unidas, é disso um sinal. Opinião diferente tem o representante do PNUD na Praia, Byll Cataria, para quem a saída de Cabo Verde do grupo dos países menos desenvolvidos é um facto positivo e uma honra para este arquipélago.

O dia das Nações Unidas, assinalado no passado domingo, na Cidade da Praia, serviu de pretexto para o ministro cabo-verdiano dos Negócios Estrangeiros exprimir um certo inconformismo com a graduação de Cabo Verde a país de desenvolvimento médio (PDM). Para aquele governante, essa graduação não devia ser um mero acto burocrático de colocação de cruzes em dois dos três critérios “*aparentemente objectivos e considerados técnicos*” para, em seguida, todos se reconfortarem “*com a ideia de que as regras foram aplicadas*”.

Por isso, segundo Victor Borges, a diplomacia cabo-verdiana vai, com realismo, continuar a discutir as condições de transição em que irá decorrer a saída de Cabo Verde dos PMA, lembrando que o país apresenta graves vulnerabilidades. “*Não evocamos as vulnerabilidades deste país por miserabilismo, nem tão-pouco para aplanar a nossa autoconfiança ou provocar a compaixão dos parceiros*”, explicou.

Apesar de tudo, a graduação de Cabo Verde, prevista para daqui a três anos, entrando já num período considerado de transição suave, é vista por Victor Borges como um “*momento de tensão positiva*” para o país ou então “*um verdadeiro momento de desmame em relação a determinadas formas de financiamento do desenvolvimento*”, para concluir, com optimismo, que “*os cabo-verdianos ganharão novamente esta batalha*” que se coloca à sua sobrevivência como povo e nação.

“*É possível que, como uma criança desmamada, experimentaremos o desconforto momentâneo da perda. Seguramente que, como ela, descobriremos o prazer e a arte de dentar alimentos sólidos, mastigar e depois crescer*”, diz Victor Borges.

Sobre a mesma questão, o representante do PNUD na Praia, Byll-Cataria, diz não entender que a graduação de Cabo Verde seja algo mau para o país. “*É preciso reconhecer que Cabo Verde deixa de ter certas regalias. Mas não penso que sair do PMA seja uma coisa má, pelo contrário, é positiva. Se Cabo Verde sai dos PMA é uma honra para Cabo Verde, o que precisa agora é gerir bem essa saída*”.

CABO VERDE PAÍS-PILOTO DA ONU

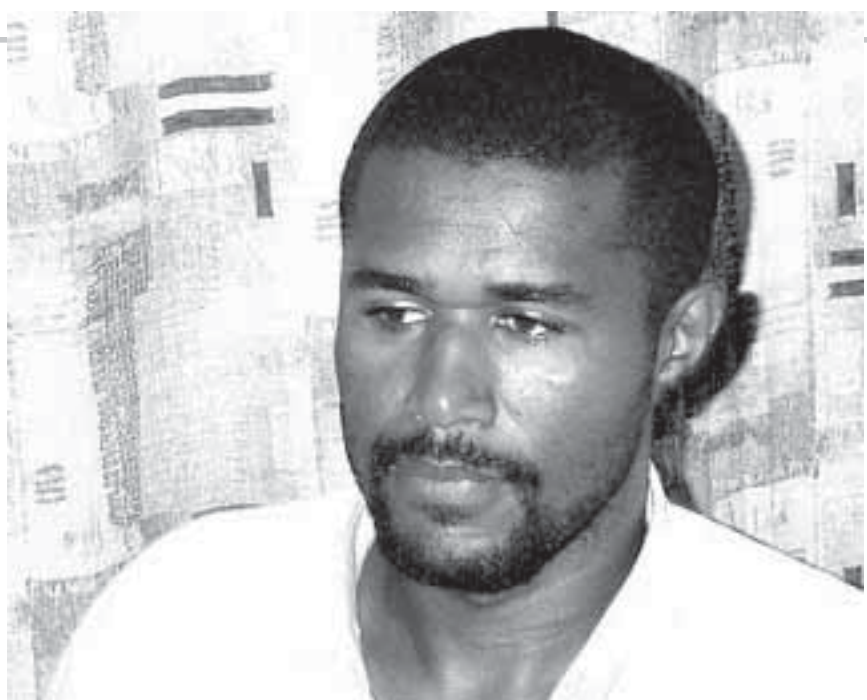
Além de eleitos recentemente como os próximos graduados para o grupo dos PDM, Cabo Verde e as Maldivas acabam igualmente de ser escolhidos pelo sistema das Nações Unidas para implementar um novo tipo de representação da ONU nos países pequenos.

O programa denominado Joint Office Mechanism é, segundo Byll-Cataria, um mecanismo que surge no âmbito da reforma da ONU, nomeadamente na vertente da redução dos seus custos de funcionamento. Através dessa via, no caso de Cabo Verde e Maldivas, vai passar a haver uma representação única para o PNUD, UNICEF e FNUAP, a partir de Janeiro de 2006, devendo depois o modelo ser alargado a outros países pequenos como o nosso.

“*Isso não significa um desengajamento da ONU nesses países*”, contrapõe aquele diplomata, quando interrogado por A Semana. “*As acções das três agências serão realizadas mediante a coordenação do mesmo representante-residente, mantendo cada uma das agências a sua personalidade própria*”.

REVIRAVOLTA NO SISTEMA UCID

O sistema UCID conhece uma reviravolta surpreendente. António Monteiro volta a assumir, desde o final da semana passada, a liderança do partido, chefiando uma comissão de gestão política (CGP), composta por 7 membros. O novo órgão executivo tem como tarefa principal preparar os democratas cristãos para as legislativas de 2006 e para o seu próximo congresso ordinário, previsto para acontecer até Junho de 2006. Lídio Silva, inicialmente dado como certo para aquele posto, declinou o convite para assumir tal cargo, por entender que a hora é de ceder lugar para os mais jovens.



ANTÓNIO MONTEIRO reassume a liderança do partido

Lídio Silva comunicou a sua decisão na recente reunião do Conselho Nacional, realizada nos dias 23 e 24 deste mês, no Mindelo. O CN, enquanto órgão máximo dos democratas cristãos entre os congressos, manter-se-á em funcionamento, mas a actual comissão política, chefiada por Manuel Rodrigues, foi destituída não só por ter estado a funcionar de forma deficiente como também por ter expirado o seu mandato, alegam os novos dirigentes de UCID.

Em seu lugar, o Conselho Nacional criou uma comissão de gestão política constituída por sete membros e comandado pelo presidente do CN, António Monteiro. A mesma integra Lídio Silva, Carlos Duarte Gomes, Abel Almada, Domingos Pereira, António Silva e Orlando Medina. Estes dois últimos vão se ocupar da estrutura da UCID nas regi-

ões políticas da Europa e da América do Norte, respectivamente.

Lido Silva, inicialmente dado como certo para presidir a novel comissão, declinou tal convite por entender que a hora é de renovação e que Monteiro pode ser a melhor opção do partido neste momento. "Declinei o convite para assumir o referido cargo, porque acho que já é hora de os mais jovens darem o seu contributo para o partido. Além disso, penso que, neste momento, António Monteiro é a pessoa mais indicada para assumir a liderança da UCID".

A CGP tem um curto mandato para dirigir a União Cabo-verdiana, até Junho de 2006, e prepará-la para as próximas eleições legislativas e o seu congresso ordinário, previsto para acontecer até Junho do mesmo ano. "De imediato, vamos criar a Juventude Democra-

ta Cristã, cuja comissão instaladora será empossada até o final do próximo mês. Vamos trabalhar para também instalar, brevemente, uma nova direcção regional da UCID na Praia, Santiago".

Manuel Monteiro acrescenta que um dos objectivos fundamentais da comissão de gestão política é levar a UCID ao parlamento. "O nosso objectivo é levar a UCID ao parlamento cabo-verdiano em 2006. Trata-se de uma necessidade do país. E pensamos que podemos eleger pelo menos dois deputados em S. Vicente".

Um outro objectivo do novo órgão é dar, segundo o seu presidente, uma nova imagem à UCID, através de um trabalho de terreno e de combate político a ser desenvolvido dentro e fora de Cabo Verde. "Vamos mostrar aos nacionais que temos um projecto político

para Cabo Verde e um lugar na sociedade cabo-verdiana, e que vamos colaborar com todos os partidos políticos para encontrarmos as melhores soluções para o país. Isto independentemente das críticas que possamos fazer sobre o modelo da governação que o PAICV e o MpD têm adoptado até então em Cabo Verde".

Monteiro destaca que, a nível interno, vai apostar no saneamento financeiro da UCID, sem o qual será impossível fazer a máquina partidária funcionar e alcançar os objectivos propostos para as legislativas de 2006. "Os chamados grandes partidos não estão interessados no crescimento da UCID. Por isso não vão viabilizar a revisão ou a aprovação da lei de financiamento dos partidos políticos", avisa o novo homem forte dos democratas cristãos.

Alírio Dias de Pina

Disputa no MpD "infecta" a Jota



ALCIDES DE PINA



ELÍSIO FREIRE

O espectro da disputa de liderança no MpD pairou sobre a III Convenção da JpD. Uma hora antes da votação, Alcides de Pina resolveu retirar a sua candidatura à liderança da juventude ventoinha e abandonar a organização. De Pina alega "interferências" de Ulisses Silva e Agostinho Lopes, os quais acusa de estarem "obceca-

dos com o poder".

A III Convenção da JpD não teve final feliz. Poucos minutos antes do início da votação para a escolha do novo líder da Jota, Alcides de Pina decidiu retirar a sua candidatura, num acto que surpreendeu os seus próprios apoiantes. De Pina justificou a sua posição alegando que, nessa altura, já não "havia condições para continuar na corrida", devido a "interferências" de pessoas fora da organização. Inclusive os próprios candidatos à liderança do MpD, Ulisses Correia e Silva e Agostinho Lopes, que estariam a fazer campanha contra a sua candidatura, acusando-o de estar a apoiar a candidatura de Jorge Santos para a presidência do partido.

"Estava a ser vítima de jogos sujos das candidaturas de Ulisses Silva e Agostinho Lopes, que não me queriam ver na JpD. Recebi chamadas de pessoas amigas de São Vicente a dizer que o Ulisses estava a fazer campanha contra mim. E como não quero estar na política com jogadas sujas decidi desvincular-me da JpD, já que esta organização - e o próprio partido - não defenderam os valores e princípios pelos quais devem pa-

seus detractores "estão obcecados com o poder". "E desta forma", prossegue, "sou obrigado a defender para o MpD gente nova, sem cadastro e sem interesses mesquinhos".

Além das alegadas "interferências" de Ulisses e Agostinho, Alcides de Pina não gostou também do facto de alguns jovens que participavam na Convenção na qualidade de convidados, terem sido "transformados", à última hora, em delegados, logo com direito a voto. Pelo que, acrescenta, "em nome da transparência no processo eleitoral na JpD retirei a minha candidatura e decidi abandonar a Jota (mas vou continuar nas estruturas do MpD), para não me misturar com gente dessa laia".

E com a desistência de Alcides de Pina, a JpD foi a votos no domingo com apenas uma lista, encabeçada por Fernando Elísio Freire, que arrecadou 86 votos a favor e 22 contra dos 118 delegados que estiveram presentes no congresso - o grande ausente foi Lourenço Lopes, anterior líder da organização.

Esses números, na óptica do candidato vencedor, espelham bem a vitória tranquila que obteve. "Não acredito, e tenho mesmo a certeza, de que nenhum dos candidatos à liderança do MpD interferiu nas eleições da Jota. Para mim, a desculpa de Alcides não colhe, até porque eu tive o apoio directo de pessoas afectas às três candidaturas à liderança do partido. Daí que, a meu ver, o meu adversário desistiu porque sentiu que não tinha apoio suficiente para continuar", observa Elísio Freire, que quer ver "uma JpD mais unida".

Hermínio Silves

Stress acumulado na Judiciária

7

O stress e a desmotivação estão a atacar o estado de espírito de um determinado grupo de agentes da Judiciária e, por aquilo que duas fontes adiantam, o descontentamento advém da “prepotência e insensibilidade humana” do actual director central da instituição, o inspector Virgílio Varela. O clima, advertem as mesmas fontes, anda particularmente pesado na sub-inspecção do Sal, tendo originado inclusivamente um abaixo-assinado, assumido pelos funcionários da casa.



“Podemos avançar que há uma desmotivação quase geral e algum sentimento de revolta no seio da Judiciária. Há agentes no Sal que aguardam transferência para Praia faz mais de um ano; há concursos para sub-inspectores com vestígios de estarem viciados; o resultado do nosso trabalho não é reconhecido, apesar de trabalharmos até altas horas da noite; temos dificuldades financeiras e, como se não bastasse, o director vive a exigir mais resultados”, exprimem dois agentes, sob anonimato, acrescentando que, na óptica deles, o sentido de união no seio do grupo de profissionais está a ser destruído por Varela, que demonstra ter simpatias para uns em detrimento de outros.

Relativamente ao resultado do concurso interno para sub-inspectores, uma das fontes afirma que foram aprovados apenas dois agentes de São Vicente, o restante dos agra-

ciados encontra-se colocado na Praia. “Quando aos concorrentes do Sal, foram claramente prejudicados devido ao abaixo-assinado que fizeram a reclamar o respeito pelos seus direitos”, afirma uma das fontes, deixando antever que as questões constantes do exame terão chegado ao conhecimento de certos interessados com a devida antecedência.

Apesar das apreensões de droga efectuadas no aeroporto do Sal, segundo as referidas fontes, Varela joga com muita prudência nessas operações, com receio de que os agentes do Sal possam dar barraca de propósito e prejudicar a imagem da Judiciária. “Ele manda sempre uma pessoa da sua confiança para controlar o trabalho no terreno”, elucidam as fontes, alertando que a situação criminal no Sal tende a galgar terrenos arenosos, com sinais de aumento do tráfico de drogas, prostituição e assaltos com

recurso à violência.

Entretanto, o quadro pintado pelos dois agentes não é corroborado por um colega residente na Capital, embora este reconheça as dificuldades inerentes ao serviço prestado na ilha do aeroporto. Uma das questões pendentes, na sua óptica, tem a ver com a atribuição de moradias aos agentes. “Repare, eles estão numa ilha diferente, com um custo de vida alto, e são poucos agentes com algum trabalho às costas. Isto é um facto. Por outro lado, alguns deles parecem transportar alguma frustração porque foram formados logo no arranque da PJ e ainda continuam com dificuldades em subir de estatuto dentro da Judiciária. E isto nada tem a ver com alguma intervenção pessoal do inspector”, explica a fonte, que teve conhecimento das notas do concurso para sub-inspectores e assegura que os resultados

dos concorrentes do Sal foram péssimos.

“Não podiam ser aprovados, de jeito nenhum. Aqui na Praia algumas pessoas constataram a imparcialidade do director pois viram que alguns agentes, que supostamente não têm boas relações com Varela, foram aprovados. Se ele tivesse a pretensão de meter cunha, o que seria inadmissível, possivelmente seriam chumbados”, acrescenta a fonte, para quem os agentes colocados no Sal estão ansiosos porque querem voltar para Santiago, algo que poderá acontecer “muito em breve” pois, pelos dados que dispõe, a direcção central já está a preparar a nova equipa que irá aguentar a sub-inspecção dos Espargos.

Contactado por **A Semana** para rebater estas críticas, Virgílio Varela preferiu aguardar a publicação da notícia para depois reagir. **Kim-Zé Brito**

Sexta-feira, 29 de Outubro de 2004

Correio das ilhas

ALFÂNDEGA DO MINDELO

TRABALHADORES CONTESTAM a entrega das antigas instalações à Enapor

Funcionários das Alfândegas do Mindelo contestam, em carta remetida ao seu director e com cópia ao Ministro das Finanças, a medida da Direcção-Geral do Património de Estado de mandar entregar as antigas instalações daquela repartição à Empresa Nacional da Administração dos Portos. Os subscritores do documento defendem que não se devia entregar todo o edifício à dita empresa sem que os responsáveis locais tivessem respondido perguntas como, “onde passarão a funcionar os serviços de despachos, recibos, piquete e arquivo”. O chefe aduaneiro de Mindelo, Elísio Neves, rebate que concordou com tal medida porque o serviço que dirige não precisa daquelas instalações que são propriedade da Enapor.

O abaixo assinado tem mais de duas dezenas de assinaturas que inclui quadros técnicos, controladores e outros funcionários. Todos contestam e lamentam o facto de a Alfândega de São Vicente ter permitido a entrega de toda a instalação à Enapor. “Com isso, onde é que a Alfândega vai pôr a funcionar os despachos, recibos, a sala de piquete e os arquivos, sabendo que nas novas instalações aduaneiras, na Matiota, faltam espaços suficientes e adequados para instalar tais serviços?”, perguntam.

É que, conforme a mesma fonte, o Porto Grande do Mindelo é um porto de troca de tripulantes e de passageiros e

um porto turístico. Daí, sustenta a carta que vimos citando, a necessidade de fazer funcionar o serviço de piquete da alfândega junto ao Porto Grande. “A menos que hajam outras soluções, que desconhecemos. Por isso, é urgente a direcção da Alfândega de Mindelo repensar a decisão de entregar todo o espaço a terceiros”.

Os contestatários fundamentam, por outro lado, que nos armazéns da Enapor faltam também espaços propícios para os aduaneiros trabalharem e atenderem o público com as mínimas condições exigidas. “Os armazéns são espaços poluídos e de grande risco de acidente, por causa da intensa movimentação das máquinas e da arrumação das mercadorias. E não será boa solução congestionar tais armazéns, porque contribui para um mau serviço público e sujeita os funcionários a más condições de trabalho. Isto, por causa da poluição do ar e da movimentação e do barulho permanente das máquinas empilhadeiras”.

Mas quem está menos preocupado com essas reclamações todas é o director da Alfândega do Mindelo. Elísio Neves esclarece que a decisão de devolver a instalação em causa à Enapor é da responsabilidade da Direcção-Geral do Património do Estado, uma decisão com a qual ele concorda. “Nós concordamos com a decisão da DGP, porque a Alfândega do Mindelo não precisa da referida instalação e o edi-

fício é propriedade da Enapor” alega o responsável aduaneiro.

O entrevistado de **A Semana** garante que as actuais instalações aduaneiras funcionam na antiga sede da Empa, junto à Matiota, e dispõem de espaços suficientes e confortáveis para o funcionamento dos vários gabinetes e serviços. “E poucas repartições locais do Estado têm condições que nós temos aqui, embora a gente nunca esteja totalmente satisfeita”.

Neves considera falso o problema levantado sobre os despachos recebidos, que serão feitos nos armazéns onde ficam os pequenos volumes. “No cais não há serviço de piquete, porque os turistas que chegam ao país via marítima não trazem as suas bagagens para terra. O problema põe-se com os que entram através dos aeroportos, mas ali temos um serviço permanente de despacho a funcionar”.

Elísio Neves explica que a entrega das antigas instalações da Alfândega do Mindelo à ENAPOR é um processo que vem desde há cerca de um ano. Inicialmente deviam ir para a Guarda Fiscal, mas tal medida foi, conforme ele, suspensa pela Direcção-Geral do Património do Estado, que ordenou a sua entrega à Enapor, já que esta vinha reivindicando direito de propriedade sobre o espaço.

Alirio Dias de Pina

VIEIRA LOPES DEFENDE

Dissolver a OACV

A antiga lista-B, encabeçada por Felisberto Vieira Lopes, acaba da solicitar a intervenção do governo, através de um requerimento remetido à ministra da Justiça, no sentido de esta mandar dissolver a direcção da OACV criando em seu lugar uma comissão administrativa que gerirá esse órgão até novas eleições, claras e transparentes. Vieira Lopes alega nessa sua nova petição novas ilegalidades cometidas durante o que já apelidou de "a farsa eleitoral de 5 de Outubro".



tente dos factos põe a claro que a situação de ilegalidade criada por "golpe na OACV" é tão grave que, "em caso de não intervenção do governo, os advogados, que por respeito à sua dignidade e estatuto profissionais, não podem estar sujeitos a uma Ordem Profissional partidária, estarão no direito constitucional e legalmente legitimado de não acatarem a Ordem enquanto estiver sob a detenção dos políticos que a assaltaram".

Vieira Lopes e seus pares lembram que a OACV tem por missão defender os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, defender o Estado de direito democrático, colaborar na administração da justiça e na garantia do direito de acesso dos cidadãos à justiça, independentemente da sua condição económica.

Por isso, perguntam, como poderão "os que assaltaram a OACV em 5 de Outubro de 2004" cumprir os desideratos acima referidos "se são eles os primeiros a pisar pública, grosseira e criminosamente a legalidade em que se baseia o Estado de Direito Democrático, a desrespeitar e a dar mau exemplo violento e público de total desrespeito e desobediência à justiça, às leis e às instituições do Estado".

O documento sustenta que nenhum cidadão honesto poderá lidar com aqueles que cometeram o assalto à OACV, para a defesa de quaisquer direitos, liberdades e garantias. Isto porque, prosseguem os subscritores da carta, os próprios assaltantes, para satisfazerem o seu apetite "desenfreado" de chegar ao poder, a tudo custo e sem verem os meios, pisam os direitos da Constituição, das demais leis, da OACV e dos advogados, que estão indisponíveis para vender a sua dignidade moral e profissional "a abdições insignificantes e a cumplicidades inconfessáveis".

Alirio Dias de Pina

O pedido da ex-lista-B, remetido desde o dia 19 à ministra Cristina Fontes, junta-se ao relatório da sindicância, nas mãos do Ministério Público que, segundo o primeiro-ministro já detectou irregularidades e ilegalidades nos regulamentos de OACV.

A exposição do grupo de Vieira Lopes contém 20 pontos e cinco anexos que comprovam, segundo os seus autores, irregularidades cometidas durante o último acto eleitoral na OACV. O documento chega mesmo a afirmar que essas irregularidades configuram um crime de desobediência, previsto e punido pelo Código Penal em vigor.

É que, para os subscritores do documento, o acto eleitoral do passado dia 5 não devia acontecer por se encontrar o processo eleitoral na OACV em recurso sob efeito suspensivo (recursos n.º 16/2004 e n.º 12/2004), já que a última decisão da STJ sobre o assunto tinha sido impugnada logo de imediato pela lista-B. Mais, citam "crimes de falsificação na admissão de membros da lista-A e no caderno eleitoral".

Sobre esse particular, **A Semana** apurou que, após a admissão da candidatura da lista encabeçada por Carlos Veiga, pelo menos dois elementos desta se encontravam em si-

tuação irregular. São eles Simão Gomes Monteiro, candidato a vice-presidente da Assembleia-Geral, e Vera Lúcia Andrade, suplente da mesa da AG. Ou seja, de acordo com o certificado emitido pela própria OACV a 14 de Outubro deste ano, ambos se achavam com quotas em atraso.

Os autores da referida carta ao qualificam tais práticas, já denunciadas junto do Ministério Público, de crimes graves aconselham, conforme estipula a Lei Base das Ordens Profissionais, a dissolução dos órgãos dirigentes da OACV. "Esses crimes de desobediência e de falsificações constituem, a todas as luzes e para todos os efeitos, tanto legais como de senso comum, violações graves da lei nos termos e para os efeitos previstos no artigo 11.º, n.º 1, alínea c) da supra-citada Lei Base das Ordens Profissionais (Lei n.º 126/IV/95, de 26 de Junho), que preconiza a dissolução dos órgãos (directivos, disciplinares e fiscais) das Ordens profissionais por resolução do conselho de ministros".

DESPRESTÍGIO E ASSALTO

A lista-B denuncia, por isso, que a OACV

encontra-se numa situação indigna e desprestigiada, "destituída de órgãos com as necessárias condições legais, morais e jurídicas de a dirigir, de orientar e de exercer disciplina sobre a classe e de cumprir as funções legais a que a OACV constitucional, legal e estatutariamente se destina e até ferida na sua independência em relação à política e às organizações político-partidárias... Preconiza nas nos artigos 63.º, n.º 5, da Constituição; no 5.º da Lei n.º 126/IV/95 e no 4.º dos Estatutos da OACV, porquanto a lista-A tomou a OACV de assalto. É uma atitude manifesta e ostensivamente político-partidária".

Diante de tudo isso, o requerimento entregue a Cristina Fontes alerta que esta ver-

Contratos de telemóvel são de boca

Não existe contrato para cinco dos seis telemóveis que a TMN pôs à disposição de membros do anterior Governo de Cabo Verde, através do antigo Ministério da Coordenação Económica. E mesmo o contrato existente entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e aquela operadora de telefones celulares foi feito ao arrepio das normas da administração cabo-verdiana. Diante disso, o Património do Estado decidiu não assumir as contas em causa e dá, da sua parte, este assunto por encerrado.

A Direcção Geral do Património do Estado não vai pagar os três mil contos que supostamente deve à Cabo Verde Telecom pelo uso de seis telemóveis atribuídos a membros do anterior governo. Este é, ao fim e ao cabo, o mais recente desenvolvimento do caso dos telemóveis, denunciado por este jornal em Agosto passado.

Na altura se ficou a saber que a TMN, companhia de telemóveis pertencente ao grupo Portugal Telecom, estava a cobrar, via CVT, cerca de 10 mil contos ao Estado cabo-verdiano pelo uso de seis telemóveis mais os respectivos cartões internacionais. Soube-se também que Gualberto do Rosário e Rui Figueiredo Soares constavam do referido grupo de beneficiários e, num desenvolvimento posterior, ambos assumiram junto da CVT a facturação dos números em causa - num total de cerca de sete mil contos -, a contar a partir de Fevereiro de 2001, data em que cessaram funções governativas.

Os restantes três mil contos, por corresponderem ao período em que os utilizadores desses telemóveis se encontravam em funções, a DGPE admitia assumir esses gastos, desde que a CVT ou mesmo a TMN provassem haver contratos para os números em causa. Ora, dois meses depois de o escândalo ter estourado, o Património do Estado foi informado que, afinal, os cinco contratos entre a Coorde-

nação Económica e a TMN/CVT são verbais, isto é, não existe qualquer sustentação formal ou documental.

Diante dessa constatação, o director-geral do Património do Estado diz ser impossível o seu serviço assumir a dívida junto da CVT. "Primeiro, porque os seis contratos da TMN estão todos em nome da CVT. Segundo, mesmo o contrato do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que existe, foi feito sem seguir as normas da administração cabo-verdiana, isto é, aquele ministério apenas comunicou a sua existência à DGPE, quando devia ser esta a fazer o contrato. Terceiro, de acordo com as mesmas normas, não podemos pagar uma conta que está em nome de terceiros, o Tribunal de Contas não nos permite isso", diz António Soares Lopes.

Embora o assunto já tenha sido remetido à Procuradoria-Geral da República, Soares Lopes diz que da parte da DGPE o assunto está encerrado, pouco lhe importando que Gualberto do Rosário e Rui Figueiredo Soares tenham decidido chamar a si a dívida de sete mil contos. É que os dois comunicaram à Cabo Verde Telecom que assumiriam os gastos dos seus telemóveis, mantendo assim incógnitos os restantes beneficiários desse serviço.

A inexistência formal de contratos relativos aos telemóveis vem, de certo modo, confirmar a versão dada por Gualberto do Rosário a este jornal quando este tornou público o assunto foi (13-08-04). Segundo esse ex-governante, não havia contrato, uma vez que os telemóveis eram uma "deficiência" da Portugal Telecom a membros do anterior governo, pelo que a DGPE fazia bem em não pagar a factura que lhe estava a ser apresentada pela CVT. Ora, não havendo contrato, nem Rosário nem nenhum dos restantes beneficiários de telemóveis em causa, querendo, possuem qualquer dívida para com a CVT.

A Semana procurou saber a posição da CVT em relação a este último desenvolvimento, mas não teve qualquer resposta.

TELEMÓVELGATE INCENDEIA PARLAMENTO

O caso dos telemóveis foi levado esta semana ao plenário da Assembleia Nacional, por José Manuel Andrade, deputado do PAICV, através de uma declaração política desse partido, na terça-feira. Segundo ele, este é mais um exemplo de como os bens do Estado eram geridos na governação do MpD. "No mínimo é a imagem do Estado que está em causa", disse, apelando para que o Ministério Público accione os mecanismos para - deslindar o assunto.

A intervenção de Andrade suscitou, como não podia deixar de ser, reacções de Gualberto do Rosário, Teófilo Figueiredo e Rui Figueiredo Soares. Tanto Rosário como Soares defenderam-se afirmando que as contas em causa são um assunto do seu foro pessoal e por esta razão não aceitam a exploração política que o PAICV está a fazer do assunto. Figueiredo, por seu turno, interveio para negar, como veio em **A Semana**, o seu envolvimento no caso. "O meu nome foi envolvido indevidamente e eu estou repugnado", afirmou.

No decorrer da discussão, Gualberto do Rosário afirmou haver gente da I República, deputados e membros do actual governo, que são corruptos. Um dos visados de Gualberto do Rosário foi Alberto Joséfá Barbosa que desafiou o deputado ventoinha a dizer publicamente o que sabe dele, Joséfá Barbosa. Também o ministro Armindo Maurício desafiou o ex-primeiro-ministro a concretizar as suas suspeições, um desafio que ficou sem resposta por parte de Gualberto do Rosário.

DOENTE QUEIXA-SE DE ATENDIMENTO NO HBS

Depois de um violento acidente na recta da Baía das Gatas, Carlos Fortes chegou inconsciente ao Hospital Baptista de Sousa. Recuperou os sentidos ao ser suturado. Passados três dias, com pontos na cabeça, rosto e braço e escoriações em todo o corpo, recebeu alta. Antes, foi obrigado a tratar dos papéis junto da POP e do Seguro, debaixo de uma chuva forte que nesse dia, 24 de Setembro, caía em São Vicente. Voltou ao hospital mais três vezes - numa dessas vezes foi-lhe detectada uma fractura na costela - e ainda queixa-se de dores, mas está agastado e acusa o HBS de tratamento desumano.



“Hospital foi desumano”

Era o término de mais um dia de trabalho de pedreiro numa casa na Baía das Gatas. Fortes e um colega regressavam à casa e decidiram pedir uma boleia para apressar o retorno, economizar esforço e umas horas na estrada. Entraram numa viatura e, de imediato, arrependeram porque, segundo Fortes, o motorista pisava forte no acelerador. “A viatura capotou ainda na recta da Baía devido ao excesso de velocidade. Eu só me apercebi da gravidade do acidente no hospital, quando acordei e vi que estava com vários ferimentos na cabeça e no corpo e muitas dores no pescoço e no tórax”, revela.

De acordo com o acidentado, ele foi acolhido no HBS pelo Dr Samuel que o medicou. No entanto, três dias depois outro médico entrou no quarto e pediu-lhe para levantar e dar alguns passos. “Levantei com muita dificuldade porque sentia fortes dores no pescoço, dei alguns passos e desabei na cama sem forças. Para a minha surpresa, a médica deu-me alta, podia ir para casa. Mas reteve todos os meus pertences - lençóis, telemóvel, rádio e comida - até que eu apresentasse uma credencial do Seguro e papel da Polícia”.

Sem ninguém para resolver a parte burocrática do acidente, Carlos Fortes conta que, apesar da chuva, deslocou-se à POP e à Garantia, que manifestaram estranheza por estar a tratar dos papéis pessoalmente e nas condições em que se encontrava. E foi na Garantia, inclusive, que uma mulher lhe deu um saco de plástico para proteger, pelo menos, a cabeça que estava toda suturada. “O agente da POP e o funcionário do seguro ficaram zangados com o hospital porque disseram-me que já tinham feito contacto e este sabia que as despesas seriam suportadas pela Garantia. O funcionário pediu-me para retornar ao hospital, mas a médica mandou-me para casa sem alta e disse-me para retornar na segunda-feira, 27, para buscar os meus pertences, depois de a Garantia entregar a credencial”.

Em casa, assegura Carlos Fortes, as dores voltaram com força e procurou uma farmácia para se auto-medicar. Mas no domingo voltou ao banco de urgência do HBS porque as dores persistiam. “Fui atendido por um médico estrangeiro que me examinou e pediu um raio-x das minhas costelas, que acusou uma fractura. Ele medi-

cou-me e pediu-me para voltar na segunda-feira, para uma consulta. Deram-me alguns comprimidos para a dor e ainda hoje, depois de umas três visitas ao HBS, continuo com dores”, completa Fortes, que pondera recorrer a consultas suplementares para acabar com seu sofrimento.

Uma fonte dos seguros, que pediu anonimato, garantiu ao **A Semana** que este não é um acontecimento isolado e que esses comportamentos só ficam impunes porque só os lesados podem reclamar do hospital. Mas, por serem gente humilde, dificilmente tomam uma atitude mais drástica. “Não é a primeira e nem a segunda vez que nos aparece pessoas doentes a buscar credencial. O hospital pressiona os doentes para garantir o dinheiro em detrimento do lado humano”.

A directora do HBS lastima que um doente procure o jornal para fazer uma reclamação, ao invés de se dirigir directamente à instituição. E, se não há queixa, frisa, não pode fazer nada. “Não recebemos nenhuma reclamação desse doente. Mesmo assim, após o contacto do jornal, telefonamos-lhes pedindo para passar no hospital e juntos averiguarmos o que aconteceu,

mas até ainda estamos à espera que ele atenda ao nosso pedido. Entretanto, as investigações que fizemos não batem com a sua história”, rebate Emely Santos, para quem existe alguma má-fé da parte desse doente para com o HBS.

Santos lembra que o hospital tem obrigação de tratar os doentes, mas estes têm o dever de apresentar os documentos de identificação, no caso uma credencial, que assegura o tratamento porque não é razoável o HBS arcar com as despesas. Sobre o facto deste acidentado ter recebido alta três dias após o acidente e, de seguida, voltar ao hospital e diagnosticarem-lhe a fractura na costela, a directora explica que o tempo de internamento depende do médico e é normal que ocorra uma ou outra situação menos feliz.

“Não nos convém que um doente deixe o hospital sem estar curado e procure a imprensa para nos denunciar. Mas, está-se a fazer o possível para que permaneçam o menos tempo possível internados”, conclui Emely Santos, não sem antes incitar os seguros a apresentarem os outros casos que dizem ter conhecimento, para que sejam apuradas as responsabilidades do HBS. CP

POPULARES SEM ÁGUA E ENERGIA

Contaminação perigosa na Achadinha

A Electra quer determinar a origem da infiltração de detritos de esgotos na rede de distribuição de água na Achadinha, em Santiago, e que provocou danos na saúde de populares da localidade, por terem ingerido água contaminada. Os técnicos da empresa estão a fazer uma espécie de prospecção pelas redes de esgoto e água, à procura do local onde os líquidos das condutas se misturam. Apesar da urgência da situação, o administrador Rui Santos não quer avançar uma provável data para a resolução do caso. O certo, para ele, é que substituir meramente a canalização poderá ser uma medida insuficiente para a envergadura do problema. “Não há dúvida que estamos perante um caso de contaminação e resta descobrir aquilo que a terá provocado”, diz o responsável da Electra, assegurando que seis habitações receberam água contaminada.

Paralelamente a este caso fora do comum, a população da Praia continua a implorar por latas de água, esconjurando a Electra por mais esta crise. Enquanto algumas pessoas avisam que estão sem água em casa faz mais de um mês, Rui Santos garante que o problema de abastecimento é mais recente. Aliás, afirma mesmo que não tem havido rupturas para as casas ligadas às redes,

a não ser para aquelas que estão em dívida com a empresa. “Temos estado a cortar a ligação aos devedores, passamos a ser mais agressivos relativamente à cobrança. Isto explica porque muita gente anda a queixar-se da falta de água”, avança Santos.

Entretanto, algumas localidades da Praia têm estado também a enfrentar dificuldades no abastecimento de energia eléctrica. Segundo Rui Santos, os geradores do Palmarejo andam a ser afectados por uma estranha vibração que, às vezes, provoca ruptura nos arrefecedores de ar. Quando isso acontece, a empresa é obrigada a cortar o abastecimento de energia. Segundo Santos, a Electra já contactou a empresa Catterpillar, fornecedora dos equipamentos, a solicitar apoio técnico na resolução desse estranho tremor que tem impedido a empresa de energia e água de trabalhar sem sobressaltos.

A escassez de água e energia tem estado a afectar também as ilhas do Maio e de S. Nicolau, enquanto que a população de S. Vicente faz fila à porta da Electra para adquirir uma lata de água. Este cenário prevalece apesar da empresa ter assegurado que as dificuldades no fornecimento de água iriam terminar em breve, com a instala-

ção de novos geradores. Só que a encomenda de algumas peças das ditas máquinas sofreu um atraso e deitou por terra os planos da empresa.

No Maio, os três geradores da Electra avariaram e, na ilha de Chiquinho, algo muito parecido foi também registado no sistema de produção de energia. “Neste momento temos a situação sob controlo no Maio, mas precisamos de ter equipamentos de reserva para podermos respirar de alívio. Quanto a S. Nicolau, estamos a testar uma ligação entre as vilas do Tarrafal e da Ribeira Brava pois, no futuro, toda a ilha será abastecida através do Tarrafal. Vamos desactivar a central da Ribeira Brava”, informa Rui Santos, cuja empresa teve dificuldades em enviar pessoal para o Maio, por dificuldades de ligação. “Tivemos de alugar uma embarcação propositadamente para isso”, avança o responsável da Electra, que aponta a insularidade do arquipélago como um factor que dificulta a gestão dos parques da Electra.

Outro contratempo assinalado por Rui Santos é o facto da empresa não poder dispor de peças sobressalentes em stock, para recorrer sempre que tiver necessidade.

Kim-Zé Brito

COMÉRCIO NO SAL

Uma onda de roubos vem abalando a tranquilidade da ilha do Sal. De tal modo que alguns comerciantes já admitem fechar as portas porque, alegadamente, a polícia não consegue pôr cobro à situação.



ONDA DE ROUBOS NO SAL

ameaça comércio local

“Nós estamos a pensar seriamente em fechar a loja”, diz Carlos Lopes, gerente-substituto dos Estabelecimentos AC. Carlos Lopes conta que, de Junho a esta parte, uma das lojas dos Estabelecimentos AC, que fica na Ribeira Funda, junto à “Pracinha d’quêbrod”, já foi assaltada “seis ou sete vezes”. O grande buraco observado por **A Semana**, no tecto falso da loja, comprova a ousadia do ou dos ladrões.

Carlos Lopes diz que a situação se tornou insustentável e por isso aguarda apenas a decisão do dono dos estabelecimentos, Armando Cardoso Rosa, para fechar a loja de Ribeira Funda. Outros motivos estarão por detrás dessa decisão mas, de acordo com Lopes, “a segurança é a razão principal, não aguentamos mais essa situação”.

A sensação de insegurança é tal que a empresa teve que colocar um guarda no local, para impedir os roubos que já contabilizam um prejuízo, segundo Lopes, de 400 a 500 contos em artigos, na maioria electrodomésticos, bebidas, entre outros. O guarda, que antes ficava do lado de fora, agora fica dentro do próprio estabelecimento, porque os ladrões andavam por cima das casas que nessa área da vila ficam coladas umas às outras para entrarem pelo telhado.

Cecílio Gomes, dono do mini-mercado “Senago”, que fica bem ao lado da loja gerida por Carlos Lopes, é outra das várias vítimas de roubos idênticos. “De uma das vezes

entraram por uma janela do lado do meu estabelecimento e roubaram uma data de coisas...”, relata Gomes, que diz ter reportado o facto à polícia que até conseguiu identificar o presumível “ladrão”, mas, infelizmente, não conseguiu reaver uma parte dos produtos roubados. “A outra parte ficou com o ladrão, ou os ladrões!”, diz. Segundo o comerciante, da última vez a polícia conseguiu chegar ao ladrão, lhe comunicaram que o “rapaz tinha trocado a mercadoria por drogas”.

Descontente com a actuação policial neste caso, Cecílio Gomes desabafa: “Se tinham trocado por droga, deveriam indagar quem teria feito essa troca que, de certeza, encontrariam o meu roubo. Estou a pagar contribuição, empregados, direitos, a contribuir para o desenvolvimento do país, mas, pelo contrário, eles estão me apunhalando pelas costas, porque não há segurança...”.

O comerciante conta que, mesmo tendo colocado um guarda nocturno para afastar os ladrões, ultimamente se tem levantado entre quatro e cinco vezes durante a noite para verificar como está a sua loja. “Estou a ver que tenho de fechar as portas e, com isso, deixo de dar emprego a uma data de gente que trabalha comigo, porque não tenho condições de aguentar, já que sou roubado dia e noite”.

Maria Ganete Silva, conhecida por Silvia d’Toy Pedro, é mais uma vítima desta vaga de roubos e também ela clama por mais

agentes nas ruas. É proprietária do Bar Sivy, que fica bem no coração da Preguiça, nos Espargos – ao lado da praça 19 de Setembro, onde muita gente “suspeita” vai ficar à noite, aproveitando os bancos da praça. Essa cidadã diz ter sido roubada, de Agosto para cá, seis vezes. Da última vez, há duas semanas, levaram uísques, cervejas, caixas de Marlboro e uma televisão. Sem fazer críticas directas à Polícia, Silva diz que já nem apresenta queixa porque “não vale a pena. Nunca consigo recuperar nada”, lamenta.

Maria Natalina Gomes Lopes é mais uma cidadã que viu sua loja violada seis vezes só neste ano. Segundo ela, os ladrões que roubaram esses artigos têm nome e rosto, sendo que numa dessas últimas incursões, uma testemunha chamou a polícia que foi ao local e encontrou do lado de fora um rapaz que seria um dos ladrões e que aparentemente não fazia nada de errado. O problema é que o outro estava do lado de dentro e aproveitando a retirada da polícia, saiu a correr da loja, sendo este o momento em que foi visto por testemunhas que passavam na hora pelo local.

“Eu tenho certeza que é ele, o Tulin e o seu colega”, diz Natalina que a essa hora já fala em tom de completo nervosismo, visivelmente aborrecida com toda esta situação. Ela mostra uma das frechas de uma grade por cima de um portão de ferro da garagem, por onde o ladrão terá entrado. E as gotas de san-

gue que ainda se vêem no portão comprovam a actuação do amigo do alheio.

Também Sílvia desconfia de Tulin e do seu companheiro, que seria um indivíduo de Santo Antão. Outras vítimas de roubos com quem **A Semana** falou apontam o nome de Tuli.

PRESO O TULIN

Austelino Furtado, Tulin, 23 anos, o indivíduo de que os comerciantes falam, é natural de Santa Cruz, Santiago. Ele foi preso na segunda-feira passada, quando entrava em seu abrigo em Fortinho. Com ele, a Polícia encontrou DVD’s, electrodomésticos, vestuário, e outros artigos que tinha acabado de roubar de uma residência nos Espargos. A POP conseguiu ainda recuperar na casa de Tulin, produtos roubados em outras ocasiões.

A prisão de Tulin foi validada no mesmo dia pelo Tribunal da Comarca, pelo que ele aguarda julgamento na Cadeia Civil dos Espargos. Este é tido como suspeito de vários assaltos a casas comerciais. Também é acusado, em algumas queixas denúncias contra ele na esquadra, de ser o autor da maior parte dos casos de furtos, assaltos sem o uso da violência ou arrombamento acontecido no Sal. De acordo com o juiz Faustino Monteiro, Tulin está sendo indiciado de vários processos de roubos e furtos que estão ainda sido investigação.

OPINIÃO DA POLÍCIA

O sub-inspector da PJ do Sal, Carlos Almada, admite as drogas jogam um papel importante no aumento da criminalidade, praticada tanto por menores como por adultos na ilha do Sal. Opinião partilhada pelo comandante regional da POP do Sal, José João de Pina, que aponta o aumento de furtos, principalmente na praia de Santa Maria, ao consumo da droga. Mas ambos concordam que outros factores acabam igualmente por influenciar essas situações, como o crescimento populacional fruto da migração e da emigração e visita de estrangeiros à ilha, desagregação familiar, etc. Porém, os dois desdramatizam a situação, além de apontar responsabilidades à população que, segundo Almada, “não tem uma cultura de segurança”.

Para ambos os responsáveis policiais, as pessoas têm que se conscientizar e tomar as devidas precauções e não esperar que o roubo aconteça para depois pensar no que fazer. Medidas como colocar fechaduras de qualidade, alar-

mes, podem dificultar e até impedir estas situações. O comandante Pina mostra dados estatísticos deste ano, que até agora apontam, inclusive, para uma diminuição da criminalidade no Sal, sendo que apenas os furtos envolvendo menores dão sinais de se estarem a tornar mais frequentes, sobretudo na praia de Santa Maria, além de alguns casos de ofensas corporais. Entretanto, o representante da POP admite que as estatísticas podem falhar, pois só consideram ocorrências as que dão entrada na esquadra. Muitos casos não são reportados à polícia que dessa forma nada pode fazer.

Ambas, a PJ e a POP, garantem **A Semana** estar a fazer o seu melhor para impedir esse tipo de situações. José João de Pina considera que, pelo número efectivo de agentes que possui, o desempenho da POP é positivo. “Temos conseguido recuperar muitos dos artigos roubados, todos os dias e, no entanto, só temos três agentes a trabalhar nas investigações em toda a ilha”.

O número total de agentes da POP é de cerca de 80, para todos os serviços da responsabilidade daquela força policial, inclusive as áreas burocráticas e serviços de fronteira, em toda a ilha. Esse efectivo é considerado não ideal: “Nunca é suficiente, nem nos Estados Unidos, o número de agentes e o material disponíveis”. Mas a “carência maior é, com certeza, de meios autos, sendo que a POP só possui neste momento um único veículo para patrulhas”, acrescenta.

Por isso, tanto o responsável da POP como o seu colega da PJ, Carlos Almada, apelam à população que colabore tomando as medidas de precaução necessárias. Mais do que isso, que ajudem nas investigações efectuadas pelas forças policiais com informações que possam levar à captura dos meliantes e de quaisquer outros criminosos, pois que a polícia só pode deter um indivíduo em flagrante delito, ou com provas concretas. Caso contrário, o tribunal tem de deixar em liberdade o suspeito.

A Polícia de Ordem Pública já identificou o presumível autor de um duplo homicídio que, sábado passado, agitou a população de Assomada. Um caso que, por pouco, não teve uma terceira vítima mortal.



Duplo homicídio em Assomada

O Tribunal da Comarca de Santa Catarina já legalizou a prisão de um indivíduo, conhecido por Santiago, suspeito de ter assassinado duas pessoas e ferido uma terceira na madrugada de sábado, 23, em Assomada.

A história deste crime hediondo conta-se em poucas palavras: Santiago teria desentendido com um indivíduo de 50 anos, a quem teria posto fim à vida cortando-lhe o pescoço, para depois esconder o corpo num pardieiro, junto ao matadouro municipal, debai-

xo de sacos vazios. A cena teria sido presenciada pela segunda vítima (35 anos), que nem sequer teve tempo de alertar a vizinhança porque foi apanhado e esfaqueado por Santiago, acabando por falecer na tarde de sábado, no hospital da Praia.

Um rapaz de 18 anos que assistiu a esta segunda cena teve também de fugir, para evitar a mesma sina das duas vítimas. Mas não conseguiu escapar a algumas pedradas que lhe acertaram na cabeça, o que o manteve internado no hos-

pital até terça-feira.

Depois de ouvir várias pessoas, a POP de Santa Catarina chegou ao principal suspeito, que, foi apresentado esta quarta-feira para a legalização da sua prisão. Na terça-feira, a Polícia de Ordem Pública esteve na residência do suspeito - onde foram encontrados vestígios de sangue, supostamente pertencentes à primeira vítima -, para uma eventual reconstituição deste crime, que ainda mantém a cidade de Assomada em estado de choque.

ESTRANGEIROS EXTRADITADOS DO PAÍS

Sete estrangeiros, todos africanos, foram extraditados hoje de manhã da ilha do Sal, de volta aos seus países de origem. De acordo com o comandante da POP no Sal, José de Pina, os referidos indivíduos encontravam-se em situação irregular no país, não preenchendo os requisitos para a sua permanência. A POP assegura também que essa extradição não tem nada a ver com o incidente envolvendo cidadãos da costa ocidental africana e a polícia em Santa Maria, há duas semanas atrás.

Os cidadãos extraditados do país devem estar neste momento a caminho do Senegal. Quatro senegaleses, dois nigerianos e um cidadão da República Centro-africana, receberam ordem de expulsão do país, na sequência de um controlo policial ocorrido na semana passada.

O comandante de Pina informou a ASemana Online

que os sete extraditados se encontravam em situação irregular, sem visto de permanência, autorização de residência ou condições de subsistência, por isso a decisão da POP de proceder à sua extradição. Segundo o mesmo, a situação nada tem a ver com o incidente de algumas semanas envolvendo cidadãos senegaleses e agentes da POP em Santa Maria, sendo que nenhum deles esteve envolvido naquele episódio.

O que ocorreu foi uma expulsão administrativa, que é da competência da POP, e não um processo judicial. “Não é a primeira vez que acontecem processos desse tipo”, informa. Entretanto, ele admite, que depois do incidente há uma instrução da chefia da POP no sentido de serem mais rigorosos no controlo policial. Embora esse controlo já vinha sendo feito, houve uma agilização do processo, de acordo com De Pina.

SANTO ANTÃO

Jovem perturbador

A população de Fatchoca, no interior da Ribeira Grande, está atormentada com as sucessivas ameaças e o comportamento “anti-social” do jovem António Pedro Lopes, conhecido na localidade por Tony d’Ninuk. É que, além de não deixar ninguém dormir na zona, o indivíduo pratica assaltos nas moradias e nos currais, agride as pessoas e diz não temer qualquer tipo de autoridade.

Há poucos dias, alguns moradores tomaram mesmo a atitude extrema de amarrar Tony, de 25 anos, com uma corda e só depois comunicaram o ocorrido à polícia, para que ele fosse retirado do local. Esta é, pois, uma demonstração clara da revolta das pessoas que dizem não conseguir aguentar mais os abusos do indivíduo e a “sensação de impunidade”, que a descontração do jovem passa às vítimas das suas atrocidades. De resto, já apresentaram diversas queixas na esquadra policial da Ribeira Grande mas - e apesar de “provas fiáveis” exibidas - até ao início desta semana o jovem encontrava-se em liberdade.

A Semana apurou, que a polícia na Ribeira Grande já entregou vários processos ao Ministério Público, acusando

Tony de ter praticado diferentes furtos e agressões na zona da sua residência, porém nenhum dos processos ainda foi julgado. De todo o modo, o comandante da esquadra daquele concelho, Orlando Garcia, já fez saber que vai solicitar ao tribunal a prisão preventiva do citado indivíduo, pois teme que a população, revoltada, “possa reagir mal às sucessivas ameaças do jovem”.

Conhecedor dos problemas provocados pelo “perturbador”, Orlando Garcia revelou ao A Semana que nunca prendeu Tony nas celas da esquadra porque “ele sofre de epilepsia e ali não é local apropriado para deter portadores desse tipo de doença”. Entretanto, sabe-se que a POP já chegou a reter o indivíduo no gabinete do comandante durante uma noite e sob a vigilância de um polícia, para que ele não regressasse à Fatchoca e provocasse mais estragos. Só que no dia seguinte, por causa da inexistência de um espaço adequado e das imposições legais, Tony teve de ser solto.

Agora, esta semana, a polícia mais uma vez esteve a reunir “dados consistentes” para solicitar ao tribunal da Comarca da Ribeira Grande a prisão preventiva daquele “jovem perturbador”, pelo que nos próximos dias ele poderá ser presente ao juiz.

JAM

CONFRONTO ENTRE POLÍCIAS E CIVIS NA ILHA BRAVA

Estão hospitalizados, na ilha do Fogo, dois jovens, de 24 e 21 anos naturais de Brava, que terão sido feridos - um nas costas e outro no braço -, ferimentos provocados durante um confronto com a Polícia de Ordem Pública da Brava, na noite de sábado.

Tudo começou na noite de sábado, 23, num baile na localidade de Campo Baixo. Segundo Alberto Santos, Comandante da POP, o ambiente terá ficado tenso quando os presentes começaram a atacar-se com pedras. Entretanto, o policial Agnelo Andrade, chamado ao local, para tomar conta da ocorrência terá sido ameaçado de apedrejamento por um indivíduo de nome Casimiro Brito Correia, de 24 anos. Frente à ameaça o agente pediu reforço à esquadra resultando a operação na prisão dos dois supostos “desafiadores da autoridade”. E ao serem conduzidos à esquadra, os dois indivíduos viriam a sofrer um tiro que perfuraria a região do ombro de Casimiro acertando o Pedro de Rosário, de 25 anos, de raspão no braço. O Chefe da Esquadra Policial de Brava, Alberto Santos, baseando-se na versão do agente envolvido no conflito, diz que o disparo foi involuntário.

Dada a inexistência de recursos médicos na ilha os civis tiveram de ser transportados para o Hospital São Francisco, no Fogo. E, conforme fonte hospitalar da cidade de São Filipe, Pedro de Rosário tem um ferimento leve no braço. Já Casimiro Brito Correia encontra-se ainda sobre cuidados médicos, mas a sua situação é estável, passando na quarta-feira por mais uma sessão de drenagem de sangue.

Enquanto isso, o policial envolvido no acidente, Agnelo Andrade, agente de 1º classe, continua no seu posto e a trabalhar normalmente na Esquadra Policial da Brava.

HB

CANNABIS NO PORTO NOVO

Entretanto, a POP no Porto Novo apreendeu cerca de 20 quilos de Cannabis, durante uma rusga realizada ao interior daquele concelho na semana passada. De acordo com uma fonte policial, a droga, conhecida por padjinha, pertencia a três indivíduos que foram capturados pela polícia no fim-de-semana transacto.

Segundo a mesma fonte, os indivíduos foram presentes na segunda-feira passada ao juiz da Comarca do Porto Novo, que decretou a prisão preventiva dos mesmos. Ao que tudo indica, boa parte da droga foi encontrada na localidade da Ribeira das Patas, a segunda maior concentração populacional do Porto Novo.

Sexta-feira, 29 de Outubro de 2004

Social